



LEI MUNICIPAL Nº 594/2003

"Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei do Orçamento do exercício de 2004, e dá outras providências".

A prefeita Municipal de Eldorado, Estado de Mato Grosso do Sul, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei, fixa as **Diretrizes Orçamentárias** do Município de Eldorado, Estado de Mato Grosso do Sul para o exercício de **2004**, atendendo:

- I** - às diretrizes da Administração Pública Municipal;
- II** - às orientações para o orçamento anual do município e créditos adicionais;
- III** - limites para elaboração da proposta orçamentária do Poder Legislativo;
- IV** - o equilíbrio entre a receita e despesa;
- V** - critérios de limitação de empenho;
- VI** - às disposições sobre as alterações na Legislação Tributária;
- VII** - às disposições sobre as despesas com pessoal e encargos sociais.

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES PARA O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 2º - A proposta Orçamentária, para o exercício financeiro de **2004**, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo, seus Fundos e entidades da



Administração direta e indireta, observará na fixação das despesas, as diretrizes, conforme segue:

I - incrementar o desenvolvimento de programas na área da educação para:

a) - estimular o Ensino Infantil com o objetivo de erradicar o analfabetismo no município;

b) - intensificar as ações em programas do Ensino Fundamental no sentido de motivar a frequência escolar, como forma de garantir a erradicação do analfabetismo municipal;

c) - melhorar e intensificar programas voltados à ampliação da infraestrutura rural e urbana na área de educação, priorizando a construção de abrigos nos pontos onde há maior fluxo da clientela que depende do transporte escolar.

II - melhorar e intensificar programas voltados à ampliação da infraestrutura rural e urbana na área da saúde visando motivar programas e ações no âmbito do saneamento básico, com ampliação de esgotos, a erradicação de doenças contagiosas, com ações de prevenção a partir da mudança cultural da população, propor e buscar a gestão plena da saúde financiada pelo SUS e instituir programa "Médico de Família".

III - desencadear e apoiar programas e ações de geração de emprego e rendas e de capacitação de mão de obra, através de convênios e parcerias com o SEBRAE, SENAC e SENAI;

IV - desenvolver programas voltados à ampliação da infra-estrutura urbana, com o desenvolvimento inclusive de programas de revitalização de praças, jardins e áreas de lazer e pavimentação asfáltica.

V - fomentar o desenvolvimento sócio-econômico do município e implantar políticas ambientais compatibilizando-as com uso sustentável dos recursos naturais, bem como a implantação de reflorestamento para uso industrial e a criação de programa de proteção e urbanização ao redor dos córregos nos trechos em que estes margeiam o município;

VI - buscar a redução dos desequilíbrios sociais, promovendo a modernização e a competitividade da economia municipal;



VII - estimular e desenvolver programas para fortalecimento da agropecuária, especialmente para a agricultura familiar, da agroindústria e ações que visem o incremento de outras atividades econômicas municipais;

VIII - executar ações de planejamento, fortalecimento, desenvolvimento e divulgação dos aspectos turísticos municipais e outras atividades que visem a diversificação da atividade no município;

IX - propiciar oportunidades de lazer, esporte e cultura, buscando a integração e o bem estar social, construindo novas unidades ou ampliando as unidades existentes, oferecendo garantias ao público e as classes envolvidas.

X - desenvolver programas que estimulem a instalação de novos comércios e indústrias;

XI - coordenar a política cultural voltada à criação artística, a produção e consumo de bens e serviços culturais para todas as camadas da população;

XII - executar ações de administração e planejamento municipal, buscando o equilíbrio financeiro e melhorar alocação dos recursos públicos.

XIII - propiciar na área de Esporte e Cultura, a divulgação do calendário esportivo, incluindo os eventos promovidos por outras entidades ou empresas; construção de um Anfiteatro, promover evento esportivo aberto, intermunicipal, da fronteira ou além fronteira; criação de um grupo teatral municipal e firmar convênios no âmbito das esferas estadual e federal;

XIV - criar programa habitacional para funcionários concursados que não possuem casa própria no tocante ao Fundo Municipal de Assistência Social, objeto de convênios com a esfera estadual.

XV - propiciar a gerência de Administração e Finanças a viabilização de recursos visando a reposição de perdas salariais ou reposição da inflação aos funcionários públicos municipais.

Art. 3º - Os recursos ordinários do tesouro municipal obedecerão a seguinte prioridade na sua alocação:

- I** - pessoal e encargos sociais;
- II** - serviço da dívida pública e precatórios municipais;
- III** - custeio administrativo, incluindo a preservação do patrimônio público e contrapartida de convênios;
- IV** - investimentos.



CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 4º - A elaboração do projeto, aprovação e execução da Lei Orçamentária de 2004, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade, permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 5º - A Receita e a Despesa serão orçadas a preço de julho de 2003, devendo a previsão da receita observar as normas técnicas e legais, a variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante ser acompanhada de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos e da projeção para os dois anos seguintes a 2003, além de atender ainda as normatizações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul e a Lei Complementar Federal nº 101/00.

Parágrafo Único - As fontes de recursos que corresponderem a receitas provenientes de concessão e permissão constarão da Lei Orçamentária Anual, sob o título de receitas correntes, com código próprio que as identifique conforme a origem da receita.

Art. 6º - Os critérios adotados para definição das diretrizes serão os seguintes:

I - priorizar a destinação de recursos destinados à manutenção das atividades já existentes sobre as ações de expansão;

II - os projetos em fase de execução, desde que contidos na Lei de Orçamento, terão preferência sobre novos projetos.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios, objetivando a captação de recursos destinados a execução de programas municipais.

Art. 8º - A proposta orçamentária do Município para 2004, será encaminhada pelo poder Executivo à Câmara Municipal até 30 de agosto de 2003, conforme o artigo 35, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e art. 165, par. 9º, incisos I e II, do corpo permanente da Constituição Federal, e art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000.



CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL

Art. 9º - Os Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social estimarão as Receitas e fixarão as Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 10º - O Orçamento da Seguridade Social deverá obedecer ao disposto, entre outros, com os recursos provenientes:

I - das Receitas da Prefeitura Municipal, Fundos e Entidades da Administração Indireta que integram o Orçamento de que trata este artigo;

II - das contribuições sociais a que se refere o Parágrafo 1º do Art. 181 da Constituição Estadual;

III - de transferências de recursos do Tesouro Municipal para esta finalidade;

IV - de convênios ou transferências do Estado e da União para esta finalidade.

Art. 11 - Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social, a discriminação da despesa far-se-á por categoria de programação indicando-se para cada um, no seu menor nível:

I - O Orçamento a que pertence;

II - A natureza da despesa, obedecendo à seguinte classificação:

1. DESPESAS CORRENTES

1.1 - Pessoal e Encargos Sociais - Atendimento de despesas com Pessoal Civil, Obrigações Patronais, Inativos, Pensionistas e Salário Família.

1.2 - Juros e Encargos da Dívida - Cobertura de despesas com juros e encargos da dívida interna e externa.

1.3 - Outras Despesas Correntes - Atendimento das demais despesas correntes não especificadas nos grupos relacionados nos itens anteriores.



2. DESPESAS DE CAPITAL

2.1 - Investimentos - Recursos destinados a obras e instalações, equipamentos e material permanente, investimentos em regime de execução especial, diversos investimentos e sentenças judiciais;

2.2 – Inversões Financeiras – Despesas com aquisição de imóveis ou bens de capital e aquisição de títulos de empresas já constituídas;

2.3 – - Amortização da Dívida - Amortização da dívida interna e externa e diferenças de câmbio;

Art. 12 - A Lei Orçamentária Anual incluirá dentre outros, os seguintes demonstrativos:

I - das receitas arrecadadas conforme prevê o parágrafo 1º do Art. 2º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – da natureza da despesa, para cada órgão, obedecendo à classificação estabelecida de forma prevista no parágrafo 1º do Art. 2º, da Lei nº 4.320 de 17/03/64, semelhante à prevista no anexo 2, da Lei nº 4.320 de 17/03/64;

III - dos recursos destinados a manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento da Lei nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996 e ao disposto no Art. 77 e seguintes da Lei Orgânica Municipal;

IV - por projetos ou atividades, os quais serão integrados por títulos e descrição dos objetivos contendo as respectivas metas ou ação pública esperada, bem como, quantificando e qualificando os recursos.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES ESPECIFICADAS DO PODER LEGISLATIVO

Art. 13 – O total da despesa do Poder legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos não poderá ultrapassar o percentual de 8% (oito por cento), relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no par. 5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior, conforme regra contida no parecer – C 0038/2001 do Tribunal de Contas do Estado.



Parágrafo 1º - O valor do orçamento do Poder Legislativo Municipal poderá ser suplementado ou reduzido nas hipóteses previstas no Art. 43, par. 1º, incisos I a III da Lei nº 4320/64, observando o que contém no parecer-C nº 038/2001 do Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo 2º - O duodécimo devido à Câmara Municipal será repassado até o dia 20 (vinte) de cada mês, nos termos do inciso II, parágrafo 2º do Art. 29-A da Constituição Federal.

Parágrafo 3º - A despesa total com a folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a 70% (setenta por cento) de sua receita, de acordo com o estabelecido no parágrafo 1º do art. 1º do Art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 14 - O Poder Legislativo encaminhará sua proposta orçamentária ao Poder Executivo, para fins de consolidação, até o final do mês de julho do corrente ano.

CAPÍTULO V DAS RECEITAS MUNICIPAIS

Art. 15 - Constituem Receitas do Município aquelas provenientes:

I - dos Tributos de sua competência;

II - de prestação de serviços;

III - das quotas - partes das transferências efetuadas pela União e pelo Estado, relativas às participações em impostos Federais e Estaduais, conforme Art. 158 e 159 da CF.;

IV - de convênios formulados com órgãos governamentais e entidades privadas;

V - de empréstimos e financiamentos com prazo superior a 12 (doze) meses, autorizados por Lei específica, vinculada a obras e serviços públicos;

VI - recursos provenientes da Lei Federal n. 9.424/96.

VII - outras receitas do Tesouro Municipal.



Art. 16 - Na estimativa das receitas, serão considerados os efeitos das modificações na legislação tributária realizada pelos governos Federal e Estadual.

Art. 17 - Ocorrendo alterações na Legislação Tributária em vigor, o Poder Executivo deverá solicitar autorização legislativa para proceder aos devidos ajustes na execução orçamentária anual.

Art. 18 - O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência.

§ 1º - O cálculo para lançamento, cobrança e arrecadação da Contribuição de Melhoria, obedecerá aos critérios estabelecidos em legislação específica e será levado ao conhecimento da população por meio de comunicação mais acessível, tal como: jornal, rádio ou fixação em local público.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS

Art. 19 - Para fins de atendimento ao disposto no Art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, somente serão autorizadas legislativamente as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, constantes no anexo específico da Lei Orçamentária, desde que observado o disposto no art. 71 da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo Único – Na elaboração do anexo específico referido no caput deste artigo, o Poder Legislativo remeterá a relação de modificações ao Poder Executivo, junto com sua respectiva proposta orçamentária, demonstrando sua compatibilidade com o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 20 - Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para custeio de pessoal e encargos sociais, observado o art. 71 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a despesa da folha de pagamento de julho de 2003, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores públicos municipais, nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal combinado com o artigo 95, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto no artigo anterior.



Parágrafo Único - Previsto reajuste geral de pessoal como referido no caput deste artigo, os recursos necessários ao seu atendimento constarão da Lei Orçamentária de 2004 em categoria de programação específica, observado o limite do art. 71 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e o disposto no artigo 64 da Lei Orgânica do Município.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS DESPESAS DE CORRENTES DE DÉBITOS DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS.

Art. 21 - Para atendimento ao prescrito no Art. 100, Parágrafo 1º da Constituição Federal, fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Orçamento, a previsão de dotação orçamentária ao pagamento de débitos oriundos de precatórios judiciais.

CAPÍTULO VIII

DA LIMITAÇÃO DE EMPENHOS

Art. 22 - A limitação de empenhos a ser observada se o Município ultrapassar os limites previstos no art. 9º e no inciso II parágrafo 1º do art. 31 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, obedecerá a ordem inversa das prioridades estabelecidas no artigo 3º desta Lei, com as seguintes medidas:

I - redução das despesas

II - paralisação ou cancelamento de projetos e ou atividades.

§ 1º - Para o atendimento do disposto neste artigo ficam ressalvadas as despesas relacionadas aos projetos de grande alcance social e aos serviços essenciais.

§ 2º - A limitação de empenho e movimentação financeira ocorrerá por ato próprio de cada poder e nos montantes necessários para o atendimento do art. 9º da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000.

§ 3º - Fica o Poder Executivo obrigado a comunicar, em até 30 (trinta) dias após o final do bimestre, os valores aos quais ficarão limitados os empenhos e a movimentação financeira.



DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 - As propostas de modificação no Projeto da Lei Orçamentária Anual, a que se refere à Lei Orgânica Municipal, serão apresentadas, no que couber, como forma e nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas nesta Lei.

Art. 24 - Fica o Poder Executivo autorizado, no decorrer da execução orçamentária, a abrir créditos suplementares com recursos provenientes do excesso de arrecadação, limitados ao crescimento nominal da Receita do Município, acumulado no exercício.

Art. 25 - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílios e subvenções sociais a entidades privadas sem fins lucrativos, destinados ao atendimento do ensino especial, creches e organizações assistenciais em geral.

Art. 26 - Ficam vetados os auxílios ou transferências de recursos destinados ao apoio a estudantes que não estejam vinculados ao ensino infantil ou fundamental, salvo o transporte escolar.

Art. 27 - Para ajustar as Despesas ao efetivo comportamento da Receita, deverá constar na Lei Orçamentária Anual, autorização ao Poder Executivo para abertura de crédito suplementar até determinada importância ou percentual sobre o orçamento.

Art. 28 - Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for aprovado até 31 de dezembro de 2003, a sua programação será executada mensalmente até o limite de 1/12 (um doze avos) do total, observada a efetiva arrecadação no mês anterior, até a sua aprovação pela Câmara Municipal, vedado o início de qualquer projeto novo.

Art. 29 - Os anexos constantes da Lei Orçamentária Anual serão publicados juntamente com o Orçamento.

Parágrafo 1º - Conjuntamente com o Orçamento, o Poder Executivo publicará os Quadros de Detalhamento da Despesa - QDD, especificando para cada categoria de programação no seu menor nível, os elementos de despesa e respectivos desdobramentos.

Parágrafo 2º - As alterações orçamentárias que não impliquem em créditos suplementares, serão autorizadas pelo Poder Executivo, mediante alterações no Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD.



Art. 30 – No projeto de LOA para o exercício de 2004, o poder executivo deverá demonstrar os Micros programas devidamente inseridos nos Macros programas do Plano Plurianual vigente.

- **Poder legislativo;**

MACRO PROGRAMA: IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES LEGISLATIVAS

- **Gerência Geral;**

M. PROGRAMAS: EXERCÍCIO DE GOVERNO DO EXECUTIVO MUNICIPAL
INVESTIMENTO SOCIAL
ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO PLANO DE GOVERNO

- **Gerência de Administração, Finanças, Obras, Serviços Públicos e Desenvolvimento;**

M. PROGRAMAS: SUPORTE ADMINISTRATIVO AS ATIVIDADES AFINS
CIDADE BEM CUIDADA
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- **Gerência de Educação;**

M. Programa: O DIREITO AO ACESSO A ESCOLA, AO ENSINO FUNDAMENTAL, A CULTURA E AO DESPORTO LOCAL

- **Gerência de Saúde;**

M. Programas: Desenvolvimento de ações básicas a saúde municipal

Art. 31 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, AOS 30 DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E TRÊS.

13-05-76

01-02-77

ELDORADO

MARA ELISA NAVACCHI CASEIRO
PREFEITA MUNICIPAL